# PATRIMÔNIO CULTURAL DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA ITATINS – NÚCLEO ARPOADOR – PERUÍBE – SP – BRASIL – AS ESTÓRIAS TRADICIONAIS

Sergio de Moraes[1]; Mariana Clauzet[2]; Milena Ramires[2] ; Walter Barrella[2]

**Resumo**

A proteção do conhecimento tradicional é um tema relevante e contemporâneo, que vem despertando interesses em muitas organismos multilaterais, Estas ações de preservação da cultura de uma população passa além de seu modo específico de vida, o registro e transmissão de conhecimento tradicional através de repertório verbal-oral a seus descendentes - numa ligação efetiva entre passado, presente e futuro - e as estórias coletadas têm valor étnico e antropológico pela força e conteúdo sempre com alguma mensagem subliminar de orientação de condutas e comportamentos da própria sociedade local, como um direito patrimonial à memória do povo nativo da área da Estação Ecológica da Juréia – Itatins.

**Palavras-chave**: Conhecimento tradicional; Estórias da Juréia, Proteção do Patrimônio Cultura da Juréia.

## *CULTURAL HERITAGE OF ECOLOGICAL STATION JURÉIA-ITATINS - CORE ARPOADOR - PERUÍBE - SP - BRAZIL - THE TRADITIONAL STORIES*

***Summary***

*The protection of traditional knowledge is a relevant and contemporary, which has aroused interest in many multilateral organizations, these actions to preserve the culture of a population goes beyond their specific way of life, the recording and transmission of traditional knowledge through verbal repertoire oral-to their offspring - a link between effective past, present and future - and the stories are collected ethnic and anthropological value by force and always content with some subliminal message of guidance conduct and behavior of the local population, as a property right to memory of the native people of the area of the Ecological Station of Juréia-Itatins.*

***Keywords****: Traditional Knowledge; Juréia Stories, Protection of Juréia Cultural Heritage.*

*Universidade Santa Cecília – Mestrado em Ecologia, smoraes_ah@yahoo.com.br b. Universidade Santa Cecília – Programa de Pós graduação Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Marinhos – FIFO – Fisheries and Food Institute. mariana.clauzet@gmail.com milena.ramires@hotmail.com ; walterbarrella@gmail.com*

## 1. Introdução

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 216, apresenta como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou por conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem entre outras formas: as formas de expressão (alínea I) e os modos de criar, fazer e viver (alínea II).

Conforme apresentado por FONSECA (2003), além da iniciativa privada de pesquisadores e universidades, existem órgãos de diferentes instâncias governamentais empenhados no mapeamento, documentação e análise de diferentes manifestações culturais e folclóricas e a própria "identidade cultural" das populações onde estão inseridas.

Essas ações de preservação da cultura de uma população passam além de seu modo específico de vida, o registro e transmissão de conhecimento tradicional através de repertório oral a seus descendentes - numa ligação efetiva entre passado, presente e futuro - e sempre com alguma mensagem subliminar de orientação de condutas e comportamentos da própria sociedade local, como um direito patrimonial à memória do povo nativo de uma determinada área de localização.

Dentro deste contexto, ZANIRATO & RIBEIRO (2007), inseriam em seus trabalhos a proteção do conhecimento tradicional como um tema relevante e contemporâneo, que vem despertando interesses em muitas organismos multilaterais – ONU – Organização das Nações Unidas , UNESCO – área da ONU voltada para a Educação, Ciência e Cultura , PNUMA – Programa da ONU para o Meio Ambiente, OMPI – organização Mundial do Patrimônio Intelectual entre outras -.

Os mesmos autores, que dentro de um levantamento histórico, demonstram que em Estocolmo 1972, na primeira conferência mundial para a proteção ambiental: a **Conferência sobre o Meio** A**mbiente Humano** uma decisão importante foi a criação do PNUMA, que passou a centralizar as ações ambientais no interior da ONU, e do Fundo Mundial para o Meio Ambiente.

Neste mesmo período, ainda sob influência da UNESCO, foi coordenado, também em 1972, em Paris, a **Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Nesta ocasião, mediante a dificuldade de muitos países em aplicar recursos na manutenção de seus patrimônios culturais, foi definido como responsabilidade da ONU / UNESCO / PNUMA desenvolver políticas e recursos para a proteção do patrimônio mundial, "constituído por obras e expressões de processos naturais de interesse excepcional, por vezes testemunhos únicos que deveriam ser considerados pertencentes não apenas aos Estados em que se encontravam, mas a toda humanidade que se envolve em sua defesa e salvaguarda, de modo a assegurar a sua transmissão às gerações futuras" (CONVENCIÓN, 1972).

Seguindo essas diretrizes, segundo ZANIRATO & RIBEIRO, foi deliberado no artigo 1º da Convenção que o patrimônio cultural englobava os monumentos, o grupo de edifícios e os lugares dotados de "um valor universal excepcional", do ponto de vista da história, da arte, da ciência, ou do ponto de vista estético, etnológico ou antropológico, e os elementos culturais que se encontrassem dentro desses critérios seriam inscritos na Lista Mundial do Patrimônio da Humanidade.

## 2. Materiais e Métodos

Em atividade de campo no programa de Pós Graduação do Mestrado de Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Marinhos, na Disciplina de Campo V, com permanência e alojamento na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, no período de 02 a 04 de novembro de 2012.

Como estudo preliminar apresentamos nas aulas internas da disciplina opções de temas a serem desenvolvidos pelo grupo em campo, e para tanto elaboramos uma pesquisa sobre conhecimento tradicional.

Em contato com os residentes denominados tradicionais, verificamos a existência de muitas histórias nos comentários desses durante nosso contato com a população.

Julgamos então que tais discursos compunham um acervo de patrimônio cultural que deveria ser preservado de alguma forma em registros escritos, pois com os constantes conflitos sociais sobre a permanência ou não dos nativos e tradicionais, este patrimônio poderia ficar perdido no tempo e no espaço.

Para coletarmos os relatos, apresentávamo-nos aos habitantes tradicionais como mestrandos envolvidos em pesquisa de histórias passadas de pais para filhos, na forma oral (não registrada) que eles julgassem pertinente de serem relatadas.

Em todos os contatos, os habitantes foram colocados como atividade opcional a ser desenvolvida, com uma pergunta aberta e anotação também consentida dos relatos.

A fim de preservar a identidade dos narradores, os nomes foram omitidos por solicitação dos mesmos, ou resumidos em iniciais quando autorizados, apenas para referências destes autores se questionados sobre a origem do relato.

Associado à entrevista da população nativa, utilizamos de forma metodológica complementar, para embasamento teórico deste artigo, levantamentos bibliográficos em obras literárias e artigos científicos utilizando-se palavras de busca ligadas às palavras chaves deste artigo.

## 3. Resultados e Discussão

Apesar do curto espaço de tempo e dos limites geográficos para abrangência de toda a população, levantamos 17 (dezessete) estórias junto a população abordada, dos temas e morais das mais diversas:

" O GRANDE CAÇADOR DE BALEIAS" – cuja moral é apresentar aos novatos o risco de não demonstrar o desconhecimento por vergonha ou se sentir inferior.

" JOÃO LEITE E A SENZALA PERDIDA DA JURÉIA – uma estória a partir de uma história" – parte da estória é na verdade citada como fatos históricos, inclusive com referências do narrador sobre documentos adquiridos da época das sesmarias. Mas, o importante é apresentado na parte da estória e como lidar com as pessoas, mesmo os inferiores com respeito, pois todos deveremos prestar conta de nossos atos no final.

" O HOMEM QUE REALIZAVA SEUS ESTRANHOS DESEJOS" – esta estória em si não possui uma moral muito clara, apenas levantada pelo narrador que a vivenciou, como um fato que levou a família a isolar um de seus membros sem tentar entender aquilo que ele tinha.

"A MULA SEM CABEÇA DA JURÉIA" – notadamente adaptação do folclore brasileiro que ocorre em diferentes regiões, mas com adaptações à realidade local.

"A MORTE ILUMINADA DO TUCANO PRETO" – todos tem seu apogeu, muitas vezes pode levar toda uma vida mas ele chegará

"NOSSA SENHORA DA JURÉIA" – relato interessante de uma não-católica, na visualização do divino como fonte de proteção, aconchego e descanso.

"O FANTASMA DE UNA E RIO VERDE" – segundo o narrador quando eles querem que uma criança não se aventure em determinada área sempre tem uma estória de fantasma.

“A DAMA DA PRAIA DO ARPOADOR” – a figura mítica de uma mulher das águas protegendo o pescador e encaminhando os peixes para fartura na pesca.
“O PORTAL DA JURÉIA” – estória sem muita explicação, associada a um desenho geológico na pedra, contada e vivenciada por alguns dos entrevistados, sem uma explicação certa
“ SACI EXISTE ? E NA JURÉIA” - notadamente adaptação do folclore brasileiro que ocorre em diferentes regiões, mas com adaptações à realidade local.
“O CASAL PERDIDO DA JURÉIA” – estória narrada para que as crianças e inexperientes adentrem a mata fora das trilhas demarcadas.
“ O BOTO PROTETOR DA JURÉIA” – a proteção no mar é uma constante em muitas estórias dos pescadores, esta é mais um ser marinho que costuma acompanhar o mito de proteção.
“ OS DISCOS VOADORES DA JURÉIA” – em toda a região de Peruíbe / SP são narrados visualizações de objetos voadores não identificados, e na Juréia por estar inserida no município também tem seus relatos coincidentes com as mesmas luzes e movimentos.
“ O TESOURO ESCONDIDO NA JURÉIA” – estória para dizer que existe algo de muito valioso e inexplorado na Juréia, que muitos não conhecem e devem buscá-lo.
“ UMA HISTÓRIA DE AMOR ” - “ A PRINCESA ENCANTADA DA JURÉIA ” – esta estória foi o relato de uma história de vida na Juréia, transformada por um dos integrantes do grupo pesquisador numa fábula resumida para homenagear um casal de colaboradores nativos nas estórias coletadas.

## 4. Conclusão

As populações tradicionais de áreas de conservação ambiental vem passando por constantes conflitos sociais, sobre a legalidade de sua permanência ou não, dentro desta discriminação é importante destacarmos a identidade sociocultural destas populações, que se removidas, estarão impedidas de reproduzir seu modo de vida, tanto pelo modelo de ocupação predatório que se expande quanto pelo modelo de conservação ambiental vigente.

A tradição dos nativos e tradicionais é passada verbalmente entre as gerações, diretamente ligadas à linha do tempo e espaço, e se forem retirados um destes elementos este patrimônio cultural poderá ser perdido, e raramente passível de recupeação, pois a falta de registro impede a sua perpetuação.

Acreditamos que o trabalho desenvolvido poderá ser utilizado pelas autoridade e órgãos multilaterais como material de registro da memória da população tradicional residente da Estação ecológica da Juréia-Itaitns, como forma de garantir a preservação do Meio Ambiente Humano e suas características étnicas e culturais.

Ainda pretendemos que o material possa ser utilizado pelos organismos locais para levar este conhecimento aos novos habitantes nativos, não somente para preservação de seu patrimônio cultural já existente mas do registro de outros que se desenvolvem na convivência social.

Esperamos que estes trabalho possa de alguma forma influenciar políticas ambientais, a não ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, como uma das poucas vias adequadas para alcançar os objetivos de conservação e preservação a que estão destinados.

Deste trabalho originar-se-á o livro Contos & Estórias da População Tradicional da Juréia com uma perspectiva de publicação, visando fortalecer a conservação e reconhecimento da identidade desses nativos na valorização de seu saber, na melhoria de suas

condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas.

**Referências Bibliográficas**

ARRUDA, R. **-** "Populações Tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação – Este artigo foi preparado para uma conferência proferida no Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado em Curitiba (PR), Brasil, em 1997 e publicado no Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276, do referido Congresso.

BURKE, P. **-** Variedades de história cultural – Civilização Brasileira Ed., Rio de Janeiro, 2000.

FONSECA, M. C. L. – Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural ( pg. 56 – 76) -, In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos – Regina Abreu e Mário Chagas (orgs), DP&A Editora, Rio de Janeiro, ISBN 85-7490-241-1, 2003, 320p.

MONTEIRO, A. A. **-** "Depois do Meio Ambiente: mudança social em uma unidade de conservação ambiental" - Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2002. (*Dissertação de Mestrado em Antropologia*).

WUNDER, A. **-** "Encontro de Águas" na Barra do Ribeira: imagens entre experiências e identidades na escola", Campinas, SP: Faculdade de Educação, Unicamp, 2002. (*Dissertação de Mestrado em Educação*).

ZANIRATO, S. H. & RIBEIRO, W. C. **-** Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais - Revista Ambiente & Sociedade, v. X, n. 1, p. 39-55, Campinas, jan.-jun. 2007.